

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. Permitida a cópia xerox. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

MACIEL, Lysaneas. *Lysaneas Maciel (depoimento, 1998)*. Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 2003.

Esta entrevista foi realizada na vigência de convênio entre CPDOC/FGV e ALERJ. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

LISANEAS MACIEL
(depoimento, 1998)

Ficha Técnica

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Américo Oscar Freire; Carlos Eduardo Barbosa Sarmiento; Marieta de Moraes Ferreira; Marly Silva da Motta

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil

data: 26/11/1998

duração: 2h

fitas cassete: 02

páginas: 36

Entrevista realizada pelo Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense, criado pelo convênio entre a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e o CPDOC-FGV, em 1997. O Núcleo se constitui em um centro de produção intelectual e referência documental sobre a história política da cidade e do estado do Rio de Janeiro. Entre outros resultados, ele publica as entrevistas editadas na coleção "Conversando sobre Política".

Esta entrevista está disponível para consulta apenas em sua versão publicada em livro: Vozes da oposição: depoimentos de Lysaneas Maciel, Heloneida Studart, Modesto da Silveira, Iramaya de Queiroz Benjamin, Raymundo de Oliveira, Arlindenor Pedro de Souza, Francisco Amaral e Jó Rezende. Organizadores Marieta de Moraes Ferreira, Dora Rocha e Américo Freire. Rio de Janeiro, Grafile Artes Gráficas e Editora, Alerj, 2001.

temas: Esquerda, Governos Militares (1964-1985), Movimento Democrático Brasileiro, Política Estadual, Política Partidária, Repressão Política.

O discurso da cassação

O ex-deputado, atual vereador, Lysaneas Maciel nos trouxe uma gravação do discurso que pronunciou na Câmara em 31 de março de 1976 em protesto contra a cassação dos deputados gaúchos Amaury Müller e Nadyr Rossetti, discurso esse que resultou na cassação de seu próprio mandato no dia seguinte. Vamos ouvi-la.¹

“Senhor presidente, senhores deputados. Nas cassações de ontem, (desmoralizante rotina que se pretende infligir a todo um povo,) há que se alertar este Parlamento para as seguintes premissas: as medidas ostensivas e veladas demonstram que não podemos ser parlamentares, e muito menos oposição. E esta é mais uma tentativa de nos transformar em (objetos) inertes (e acovardados), não apenas frente ao governo, mas também frente ao povo, nosso real compromisso.

O recrudescimento das medidas arbitrárias não é acidental, nem visa apenas os nossos (bravos) companheiros do Rio Grande do Sul. Pretende-se, dentro deste clima (de opressão, de violência, de arbítrio), reduzir a situação política do país à expressão de um partido hegemônico, (que coopta o governo militar,) e de uma oposição (manipulável e) comprometida a um ponto insuportável (de subserviência e medo). Não cabe, nestes poucos minutos, analisar o comportamento da Arena, (cômico e de serventia eventual do sistema). Também nos abstraímos do doloroso processo de sopesar as (trêfegas) atitudes do seu líder. (Os homens-palha, como os pelegos de sindicato, têm a importância que se lhes dá.)

Na dramática conjuntura em que vivemos, estes atos deixam claro e evidente que o sistema, após (a utilização por) 12 anos (do mecanismo repressor mais bárbaro da história deste país), confessa, às vésperas das eleições municipais, (que a força é) a (única) maneira de se manter no poder! E confessa mais, sua incompetência no combate à subversão e à corrupção, (esta última, praticada às escâncaras,) pois os parlamentares que a denunciam são enquadrados nas leis de segurança nacional!

¹ O texto do discurso foi publicado com grande número de cortes, aqui assinalados por meio de parênteses, nos *Anais da Câmara dos Deputados*, v. 2, nº 2, 1976, sessão de quarta-feira 31 de março, p. 1.650. Os sinais de pontuação aqui utilizados pretendem traduzir o tom emocionado do pronunciamento.

O mais (doloroso e) grave, senhores deputados, não são as cassações, todavia. É que com elas estamos nos acostumando. Estamos nos acostumando à falta de liberdade, estamos nos acostumando com a censura (de baixo nível,) que impede até a exibição de balés (artísticos). Estamos nos acostumando com o desaparecimento de brasileiros, (sua tortura, sua morte presumida!) Homens que não se conformaram com a injustiça e colocaram seu talento e suas vidas a serviço de seus compatriotas! Estamos nos acostumando até com a proclamação de colegas deste Parlamento, que se comprazem em confessar que os indigitados chefes de esquadrão da morte, ainda ocupando postos oficiais, são os responsáveis pela eliminação física de diversos inimigos do sistema! Este Congresso aceita tranqüilamente o fato (de que, neste momento, pelo menos cinco ex-parlamentares estejam sendo mortos e torturados!) Estamos nos esquecendo, enfim, que o maior perigo em relação aos regimes excepcionais e à falta de liberdade é nos acostumarmos com eles!

Não há, todavia, como nos iludir, senhores deputados! (Fora do terror da repressão, não há possibilidade de se manter, hoje em dia, um regime estático, sacralizado e injusto.) Invoca-se, freqüentemente, que a restauração da vida democrática, dos direitos e das garantias individuais e coletivas dependem do sistema! Mas se a oposição não lutar, a pretexto de falta de condições de modificar este contexto social e político a curto prazo, estará fortalecendo a implantação (de um regime fascista neste país!)²

Para o sistema, o crescimento do MDB não deve alterar em nada a sua função, e observa-se que este firme controle vem sendo mantido, inclusive nestas últimas cassações. A cada aceno de normalização, temos atitudes correspondentes de ameaça (de sufocação!) E o MDB, absorvendo o esquema proposto pelo sistema, torna-se culpável de assistir (normalmente, não obstante as notas incisivas e inconseqüentes,)³ ao emprego arbitrário da força (bruta, à opressão) institucionalizada! (Não temos a coragem de criticar os membros das Forças Armadas!!! espalhados em todos os órgãos da administração pública e privada! E não o fazemos, não porque julguemos que os militares sejam mais honestos ou mais capazes que os civis. Não o fazemos, senhores deputados, porque temos MEDO!!! Por medo contemplamos, mudos, o assalto consentido a nossas riquezas naturais, a exploração

² Neste caso, em vez de simplesmente cortada, a expressão foi substituída por “do sistema”.

³ O trecho foi substituído por “inerte”.

infringida aos trabalhadores, o enriquecimento progressivo dos mais ricos, e a corrupção!!! que hoje é uma constante, em quase todos escalões deste país!)

A luta pelos verdadeiros interesses nacionais tem ainda outra característica. Ela (não apenas) requer grandes esforços e riscos por parte daqueles que nela se envolvem, (mas é uma luta que não é levada a efeito no vácuo!) Os explorados e os oprimidos, os injustiçados, ao se envolverem na luta pela própria libertação e desenvolvimento, estarão em confrontação com expressões muito concretas do poder. Portanto, os cassados de hoje, (os cassados de amanhã,) têm que se conscientizar de que os esforços próprios e os de seu próprio partido, no sentido de uma melhoria da justiça social, é uma discussão sobre as diversas facetas do poder. O MDB, em suas omissões, está praticamente condenando toda uma geração (a conviver com os elementos que aceitam as atitudes totalitárias). Hoje, premidos pelas circunstâncias em que nos encontramos, (simulacros de parlamentares,) existimos apenas para homologar aquilo que nos manda o poder (estabelecido!) Mas, como o mundo tem mudado, o Brasil mudará também!

Tenho repetido que, por minha formação, prefiro que essa mudança se faça pelo consenso pacífico entre brasileiros de diversas tendências. Mas tenho fundados receios, senhores deputados, em relação aos homens, quando (se locupletam no poder e) não têm que prestar conta de suas atitudes. (A repressão e as cassações em defesa da ordem, hoje, não mais convencem a ninguém. Ou será que nos esquecemos que esta ordem é a constituição social de um grupo? E se cada maioria se julgar no direito de suprimir a contestação à sua ordem, o problema político jamais encontrará solução.) Sabemos que a paz política está sendo adulterada (em favor de determinados grupos. Não é difícil perceber quais as intenções obscuras atrás de cada investida repressora). Estamos quase que inermes (diante desses grupos que manipulam o poder. E sabemos que estes grupos)⁴ podem cassar (! podem torturar! podem até matar!) mas não podem afastar dois elementos inarredáveis na história política de qualquer povo: o Tempo e a História!”

Origens conservadoras

Quais eram as relações de sua família com a política?

⁴ Lê-se nos *Anais*: “Estamos quase que inermes. Podem cassar, mas não podem (...)”.

Meu pai era de uma família de políticos. Tradicionais, conservadores, udenistas. Um tio avô meu foi governador do estado de Minas Gerais: Olegário Maciel.⁵ Tive muito pouco contato ele, acho que conversamos umas duas vezes só. Éramos dessa família política tradicional, em que fazíamos um deputado federal, um deputado estadual, o prefeito da cidade de Patos de Minas, mas meu pai fez uma opção religiosa, tornou-se evangélico, e com isso houve uma perseguição muito grande contra ele por parte do bispo de Uberaba, que era o bispo local. Meu pai fundou uma escola normal em Patos que mandava as professoras se aperfeiçoarem na França, uma escola modelo. Por pressão do bispo, foi destituído da escola normal.

Qual era a profissão de seu pai?

Advogado. Era até chamado de “o príncipe dos criminalistas mineiros”, era companheiro de Milton Campos, Pedro Aleixo, essa turma toda.⁶ Era um advogado brilhante, mas se dedicou à religião, e nós fomos perseguidos. E meu pai, para nos tirar da política, nos tirou de Patos. Isso é curioso, porque até os 40 anos não tive nenhuma atividade política eleitoral aqui no Rio. Só entrei na política, praticamente, a partir da defesa dos direitos humanos.

⁵ Olegário Maciel assumiu a presidência de Minas Gerais em 1930, apoiou a revolução de outubro daquele ano que trouxe Getúlio Vargas ao poder e se manteve no cargo até falecer, em setembro de 1933. Ver *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930* (2ª edição revista e atualizada, coord. Alzira Alves de Abreu, Israel Beloch, Fernando Lattman-Weltman e Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, no prelo), designado daqui em diante pelas iniciais *DHBB*.

⁶ Antônio Dias Maciel, pai de Lysaneas, Milton Campos e Pedro Aleixo foram da mesma turma da Faculdade de Direito de Belo Horizonte, que se bacharelou em 1922. Milton Campos e Pedro Aleixo tiveram longas carreiras políticas: apoiaram a Aliança Liberal e em seguida a Revolução de 1930, e em 1934 foram eleitos deputados estaduais na legenda do Partido Progressista (PP) de Minas Gerais. Com a decretação do Estado Novo e o conseqüente fechamento dos órgãos legislativos do país, retornaram à advocacia e chegaram a dividir um escritório. Opositores do regime ditatorial, por ocasião da redemocratização em 1945 foram fundadores da União Democrática Nacional (UDN). Depois disso, Milton Campos foi governador de Minas Gerais (1947-1951), deputado federal (1955-1959), senador (1959-1964 e 1965-1972) e ministro da Justiça do governo Castelo Branco (1964-1965), cargo do qual se demitiu por discordar da maior parte das reformas introduzidas pelo Ato Institucional nº 2. Pedro Aleixo foi deputado federal (1959-1966 e 1967), ministro da Educação (1966) e vice-presidente da República (1967-1969), no governo Costa e Silva. Como vice-presidente, foi contrário ao Ato Institucional nº 5, editado em 13 de dezembro de 1968, o que, aliado ao fato de ser um civil, levou os ministros militares a impedi-lo de tomar posse na presidência quando Costa e Silva dela se afastou por motivo de doença no fim de agosto de 1969. Os ministros formaram então uma junta militar que governou o país até a posse do general Médici, em 30 outubro seguinte. Ver *DHBB*, op. cit.

Nem como estudante o senhor fez política?

Na faculdade, tive uma atuação absolutamente pálida no diretório estudantil. Estudei na Faculdade Nacional de Direito e me formei em 1951. Fui colega de turma do Petrônio Portela.⁷ Quando eu queria mexer com ele, dizia: “Vou falar sobre os discursos que você fazia na universidade...” Ele: “Cala a boca!” Eram discursos violentamente esquerdistas.

O senhor chegou a se filiar à UDN?

Não, nunca pertenci à UDN. Como sou especialista em direito do trabalho, fui convidado pelo Milton Campos para ser uma espécie de coordenador da política trabalhista da UDN. Mas nunca me filiei, nunca disputei pela UDN. Primeiro, porque eu estava na alienação normal dos jovens da época, estava cuidando da minha vida pessoal, querendo me formar. Estava dentro daquela filosofia do Passarinho,⁸ de que o jovem deve se tornar um bom profissional para dessa maneira servir ao país, e não se meter em política. Passarinho, uma vez, até me chamou de “homem fatal”, porque contestei quando ele colocou 64 coronéis no Ministério da Educação, fiz um discurso violento. A educação, para ele, tinha que servir ao regime. Como os políticos, de modo geral, se formam na área estudantil — sempre foram os estudantes que deram origem aos grandes líderes políticos, isso é uma coisa constatada —, ele tirou o questionamento natural dos jovens: fechou os diretórios, deu ênfase especial às ciências exatas, esmagou as ciências humanas... Quantos meninos e meninas eu defendi simplesmente porque fizeram opção pelo estudo da sociologia! Sociologia contestava o modelo. Passarinho conseguiu transformar os

⁷ Na juventude, Petrônio Portela teve uma atuação destacada no Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (Caco) da Faculdade Nacional de Direito, no Rio, além de dirigir o departamento estudantil da UDN. De volta a seu estado natal, o Piauí, iniciou uma longa carreira política: foi eleito na legenda da UDN deputado federal em 1954, prefeito de Teresina em 1958 e governador do estado em 1962. Em novembro de 1966, já na legenda da Aliança Democrática Nacional (Arena), foi eleito senador. Reconduzido ao Senado em 1974, presidiu a casa de 1977 a 1978, e em 1979 foi nomeado ministro da Justiça pelo presidente João Figueiredo. Respondeu pela pasta até falecer, em janeiro de 1980. Ver *DHBB*, op. cit.

⁸ Como chefe do estado-maior do Comando Militar da Amazônia e da 8ª Região Militar, com sede em Belém do Pará, o então tenente-coronel Jarbas Passarinho participou do golpe de 64 e logo depois, por indicação do presidente Castelo Branco, foi eleito indiretamente governador do Pará. Exerceu o governo até 1966, quando foi eleito senador na legenda da Arena. Em 1967 foi nomeado ministro do Trabalho pelo presidente Costa e Silva e em 1969, no início do governo Médici, deixou a pasta do Trabalho para assumir

diretórios estudantis em centros esportivos, colônias de férias, inteiramente divorciados da realidade. Isso, ao lado de uma repressão brutalíssima!

Quando o senhor começou a se aproximar das idéias mais à esquerda?

Depois do golpe de 64. Até então eu era absolutamente conservador. Tenho a impressão de que não vi com maus olhos o golpe, devo confessar isso a vocês. Para tristeza do meu irmão, que é um analista marxista impenitente. Mas depois achei que estava havendo abusos. Comecei a perceber, numa educação política feita a fórceps, que havia uma violação violenta dos direitos humanos. Comecei a ser procurado, porque os grandes subversivos tinham grandes defensores, como Modesto da Silveira e outros, mas os pequenos, os estudantes especialmente, não tinham ninguém que os defendesse. Defendi vários estudantes e operários. Houve uma época em que defendi 80 e tantos subversivos.

Como essas pessoas chegavam até o senhor?

Isso teve origem em uma atitude meio religiosa. Eu tinha que dar assistência aos seres humanos que estavam precisando de ajuda. Eles sabiam que eu fazia parte dessas comissões de direitos humanos internacionais — desde cedo fiz parte disso — e me procuravam. Minha atuação de início era assistencialista, meio religiosa, não era uma atuação política consciente. Mas aquela foi uma época difícil, uma época de entrega do país, de perseguição e violação dos direitos humanos e, como disse, fui me conscientizando a fórceps. A partir daí foi que entrei na política.

Entrada na política: direitos humanos, via Igreja

O senhor chegou a se filiar ao PSB antes de se filiar ao MDB?

Não cheguei propriamente a ser filiado ao PSB, mas participei ativamente da campanha do Aurélio Viana para governador em 65, participei da organização dos

a da Educação. Em 1974 reassumiu sua cadeira no Senado e foi reeleito senador. Iniciou novo mandato de oito anos em 1975. Ver *DHBB*, op. cit.

comícios, da tentativa de financiamentos etc. Antes ele tinha ganho a eleição para o Senado, mas quando se candidatou a governador teve muito poucos votos, perdeu com uma votação inferior à minha, anos depois, para governador.⁹

Aurélio Viana também era protestante. Sua aproximação com a política foi feita via Igreja, mesmo.

Direitos humanos, via Igreja. Depois da eleição de 65 recrudesceram as perseguições políticas, houve cassações violentas, e fui convidado para ser advogado do Marcito Moreira Alves e de alguns jornalistas do *Correio da Manhã* que foram cassados. Eles me procuraram porque, modéstia à parte, sempre fui um bom advogado. Isso ainda foi antes do AI-5.

Márcio Moreira Alves foi cassado exatamente pelo AI-5.¹⁰ O senhor deve estar se referindo não à cassação do mandato, e sim à retirada das candidaturas de Moreira Alves e outros, pelo próprio MDB carioca, antes da eleição de 1966.¹¹ Foi aí que o senhor se filiou ao MDB e se lançou candidato?

Foi. Mário Martins, Marcito, todos aqueles cassados foram à minha casa e disseram: “Lysaneas, você tem que entrar na política. Estão cassando todo mundo, você

⁹ Na eleição de 1965, Aurélio Viana, que havia sido eleito em 1962 senador da Guanabara pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) em coligação com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), não contou com o total apoio do seu partido e recebeu apenas 25.841 votos, sendo derrotado por Negrão de Lima, do Partido Social Democrático (PSD), que recebeu o apoio do PTB e se elegeu governador da Guanabara com 582.026 votos. Ver *DHBB*, op. cit.

¹⁰ O Ato Institucional nº 5 foi editado em 13 de dezembro de 1968, tendo como pretexto discurso proferido pelo deputado e jornalista Márcio Moreira Alves na Câmara e a posterior negação dessa casa de autorização para que fosse processado. O AI-5, o mais drástico dos atos institucionais, autorizava o presidente da República a decretar o recesso do Congresso, a cassar mandatos eletivos e a suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, entre outras medidas autoritárias. Após a edição do AI-5, foram presos diversos jornalistas que faziam oposição ao governo e vários parlamentares tiveram seus mandatos cassados, entre eles o próprio Márcio Moreira Alves. Ver *DHBB*, op. cit.

¹¹ Em 1966, o presidente da seção carioca do partido de oposição ao governo, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Valdir Simões, cometeu, segundo Carlos Eduardo Sarmento, um “erro estratégico”. Temendo a impugnação das candidaturas dos emedebistas mais radicais, como os jornalistas Márcio Moreira Alves e Mário Martins, Simões retirou os nomes desses candidatos da chapa do MDB antes mesmo que a lista fosse avaliada pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE). No entanto, após uma campanha da imprensa, os nomes retirados por Simões acabaram por ser homologados pelo TRE, o que gerou uma crise partidária. Ver “O deputado federal”, in Carlos Eduardo Sarmento (org.), *Chagas Freitas* (Rio de Janeiro, FGV/Alerj, 1999, p. 101).

defende a participação, é contra o voto nulo, tem que participar! Você está muito alienado!” E estava mesmo, estava vivendo a minha vidinha de advogado bem-sucedido financeiramente, com seis advogados trabalhando para o Amaury Costa e para mim no escritório na avenida Rio Branco. Concorri então à eleição de 66, mas não fui eleito, fiquei como suplente. Chagas Freitas deu toda a força aos que eram membros do esquema, e esses ganharam.¹²

O senhor participava da vida partidária nessa época?

Participava, mas nunca fui uma pessoa muito enfrontada nesses liames partidários. Sempre me deu muita preguiça acompanhar essas manobras de partido, disputar vaga, essa coisa toda. Eu disse: “Desde que não tenha que me envolver nessa política miúda de disputar lugar, eu entro.” Mas fiz uma campanha muito chinfrim, muito modesta, e basicamente não recebi voto das esquerdas nessa primeira vez. Muito pouco. Minha votação maior foi no setor religioso, onde eu tinha uma tradição de serviços, direitos humanos etc.

Qual era a sua Igreja?

Presbiteriana. Até hoje sou presbítero. A Igreja me acusava de terrorista, subversivo, e os grupos de esquerda me chamavam de burguês religioso... Nunca neguei minhas convicções evangélicas, sempre as tive comigo.

Como o senhor via o MDB da Guanabara no final dos anos 60?

Como acabei de dizer, minha vida partidária foi sempre bem discreta. Eu tinha um fastio da atividade partidária, porque sabia que aquilo ali não era uma coisa verdadeira, era

¹² As eleições de 1966 realizaram-se após a cassação de muitos opositores. O espaço de atuação política ficou bastante restrito, e o MDB da Guanabara, de acordo com Carlos Eduardo Sarmento, se tornou um “território descoordenado”. Nesse contexto, Chagas Freitas, deputado do Partido Social Progressista (PSP) desde 1954, transferido após 1965 para a legenda emedebista, dono do eficiente instrumento de propaganda que era o jornal *O Dia*, encontrou um espaço propício para a extensão do seu controle político sobre o MDB carioca. Durante a campanha, utilizou-se do seu jornal para divulgar os candidatos ligados à sua chefia. No pleito, foi ele próprio o deputado federal mais votado, com mais de 150 mil votos. Op. cit., p. 100-103.

tudo conchavo. O MDB realmente não era um partido de oposição. Com a hegemonia do Chagas, o partido descaracterizou-se completamente como oposição aqui no Rio, e nacionalmente também, diga-se de passagem. Tanto é que os partidários do Chagas se proclamavam revolucionários.¹³ Miro Teixeira e outros diziam: “Sou revolucionário!” Depois, com a evolução, com o contato com os chamados “luas pretas”,¹⁴ Miro deu uma guinada e hoje é um parlamentar correto e lutador. Mas naquela época todos se proclamavam revolucionários, não escondiam isso.

Quando o AI-5 foi editado, em dezembro de 1968, o senhor ainda não estava na Câmara, mas já estava no MDB e defendia os direitos humanos. Chegou a ser perseguido nessa época?

Sim. Com o AI-5 já comecei sofrer pressões e perseguições, porque estava firme na defesa dos subversivos. Telefonavam para a minha casa dizendo que meu filho sofrera um desastre na Rio-São Paulo, que minha mulher fora fotografada saindo de um prostíbulo... Havia ameaças constantes. Mas depois de 71 foi que a coisa realmente recrudescu.

Em 1971 o senhor iniciou seu primeiro mandato de deputado federal. A que atribui sua vitória na eleição de 70?

Aí eu já era bastante conhecido na luta pelos direitos humanos, pelos presos políticos, especialmente aqueles que não tinham defensores. A nível internacional eu também arranjei financiamento para abrigar os exilados. Abrimos um restaurante no Chile para os perseguidos políticos.

Os cassados de 1968 o apoiaram na campanha de 70?

¹³ No sentido, evidentemente, de partidários da Revolução de 1964.

¹⁴ “Luas-pretas” foi a denominação dada a assessores de Miro Teixeira oriundos de organizações políticas de esquerda que participaram da campanha de 1982. A origem do nome foi uma anedota corrente na época, segundo a qual a confiança de Miro nesses assessores era tão grande que ele seria capaz de jurar que a lua era preta se eles assim o orientassem. Integravam o grupo Raulino de Oliveira, João Carlos Serra, Eurico Lima e Figueiredo, Luís Alberto Bahia e Paes Leme. Ver João Trajano Sento Sé, *Brizolismo - a estetização da política* (Rio de Janeiro, FGV, 1999).

Para dizer a verdade, não. Eu não era uma estrela política. Era uma pessoa absolutamente apagada politicamente, e eles preferiram escolher outras estrelas para apoiar como deputado federal. Eu não quis ser deputado estadual porque não tinha como atuar aqui, naquele esmagamento. Consegui a legenda para concorrer às eleições para federal praticamente graças aos carris — hoje são urbanitários —, que eram um grupo extremamente politizado. Defendi vários deles de perseguições, sob a acusação de comunistas, e eles foram ao Chagas e ao Erasmo Martins Pedro e disseram: “Nós temos um nome que gostaríamos que fosse incluído na chapa.” Pensaram que fosse de deputado estadual, mas os carris explicaram: “Deputado estadual ele não quer, porque não vai poder exercer nenhuma força maior. Não sabemos se ele vai ser eleito, mas temos aqui 230 nomes de operários que o apoiam.”

Minha candidatura nasceu no seio dos operários, e minha campanha foi pobre. Meus colegas de escritório eram mais conservadores, acreditavam na Revolução; os clientes bons eram os empresários, e, como eu defendia muito operário, comecei a ser uma pedra de tropeço no escritório. Percebi que estava prejudicando os outros e saí, deixei aquela vida financeiramente mais folgada. Não tive grande dinheiro para a campanha.

Com que candidato a deputado estadual o senhor fez dobradinha?

Com Edson Khair, que era mais antichaguista do que propriamente comprometido com mudanças ou com um partido realmente de oposição.¹⁵

Dos deputados federais da Guanabara eleitos em 1970, os divergentes da orientação de Chagas Freitas eram apenas o senhor e J. G. de Araújo Jorge?¹⁶

¹⁵ Edson Khair foi um dos fundadores do MDB. Eleito deputado estadual na Guanabara em 1970, reelegeu-se em 1974, e em 1978 foi eleito deputado federal. Em 1980 participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1981 filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), mas em 1982, descontente com a incorporação do Partido Popular (PP), desligou-se do partido e ingressou no PTB. Nessa legenda tentou a reeleição mas não obteve êxito. Em novembro de 1986 filiou-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) e candidatou-se à Câmara dos Deputados, mais uma vez sem sucesso. Em 1992, retornou ao PMDB. Ver *DHBB*, op. cit.

¹⁶ Poeta, jornalista e advogado, J. G. de Araújo Jorge elegeu-se deputado federal pela primeira vez em 1970, na legenda do MDB. Na legislatura iniciada em 1971 foi vice-líder do partido na Câmara e integrou o grupo dos autênticos. Reeleito em 1974 e 1978, com o fim do bipartidarismo em 1979, filiou-se ao PDT

Sim. Não tinha mais ninguém, ninguém divergia. J. G. era companheiro do grupo dos autênticos, e bom. Dizem que ele era o poeta da menina-moça, e era, realmente. Há muito despeito em relação ao J. G., porque ele vendeu mais de dois milhões de livros. Mas ele era firme. Fazia poesia de menina-moça, mas também fazia poesia engajada e adotou o grupo autêntico.¹⁷

Entre os autênticos do MDB

O senhor já conhecia algum autêntico antes de iniciar seu mandato?

Não. Os autênticos não se conheciam, começaram a se relacionar na própria Câmara. A primeira vez que estive com Fernando Lyra e com Marcos Freire foi quando eles quiseram mandar um perseguido político para o Chile. Alguém disse: “Ah, tem um tal de Lysaneas aí, da Guanabara, que é bom advogado e enfrenta essas situações.” Eles então me procuraram. Já contei que fizemos um restaurante no Chile, criamos condições de sobrevivência para os exilados brasileiros. Isso foi importante, porque salvamos algumas vidas.

Esse episódio foi o início de sua articulação com o grupo autêntico?

Sim. Começamos a nos conhecer ali, e também através dos pronunciamentos e dos apartes. E entramos, dentro do MDB, em uma luta intensa. Parecia que era uma coisa intestina, menor, mas o que o grupo autêntico queria era fazer um partido de oposição. Mas pouca gente tinha coragem para ser oposição. Sabem por quê? Porque além da

e nessa legenda foi mais uma vez eleito em 1982. Tentou a reeleição em 1986, dessa vez na legenda do PMDB, mas não teve êxito. Faleceu em 1987. Ver *DHBB*, op. cit.

¹⁷ O chamado grupo autêntico do MDB, formado em 1971, reunia uma facção do partido mais identificada com as esquerdas. Seus principais membros foram os deputados federais Alencar Furtado (PR), Ávaro Lins (CE), Amaury Müller (RS), Eloy Lenzi (RS), Fernando Cunha (GO), Fernando Lyra (PE), Francisco Amaral (SP), Francisco Pinto (BA), Freitas Diniz (MA), Freitas Nobre (SP), Getúlio Dias (RS), Jaison Barreto (SC), Jerônimo Santana (RO), J. G. de Araújo Jorge (RJ), Jarbas Vasconcelos (PE), João Borges (BA), Lysaneas Maciel (RJ), Marcondes Gadelha (PB), Marcos Freire (PE), Nadyr Rossetti (RS), Paes de Andrade (CE), Severo Eulálio (PI), Santilli Sobrinho (SP) e Walter Silva (RJ) Ver Ana Beatriz Nader, *Autênticos do MDB: semeadores da democracia – história oral de vida política* (São Paulo, Paz e Terra, 1998).

perseguição miúda, das proibições etc., nós tínhamos informações muito concretas sobre o que estava ocorrendo. Muitas vezes a tortura era feita, mas, com a pressão sobre a imprensa, não vinha à tona. Mas nós sabíamos.

Pedro Celestino, por exemplo, filho de um general da Revolução, foi preso, e o Golbery¹⁸ negou para a mãe dele, dona Clarice, que ele estivesse sendo torturado. Dona Clarice me disse: “Nós sabemos que muitas vezes é contraproducente procurar o senhor, porque o senhor é muito visado. Mas eu não tenho para onde ir!” A esposa de um general da Revolução, o general Pedrão! Eu disse: “Olha, dona Clarice, vou fazer a defesa do seu filho, mas vou incluir nela cinco ou sete operários que estão presos e estão sendo massacrados neste momento.” O general deu um pulo na cadeira: “Não! Não me meta com esses terroristas que eu não tenho nada a ver com eles!” Respondi: “Se eu não fizer isso, seu filho vai continuar sofrendo na prisão. Golbery mentiu para a sua esposa, dizendo que ele não estava sendo torturado.” Finalmente, eles foram para casa, e no dia seguinte ela me procurou dizendo que ele me autorizava a agir. Esse filho do general Pedrão, Pedro Celestino, era, e ainda hoje é, um indivíduo consciente, um ideólogo. Uma coisa engraçada foi que o José Bonifácio¹⁹ disse assim: “Não está sendo torturado coisa nenhuma!” O general estava nas galerias e disse: “É mentira!” General da Revolução!

Estou chamando a atenção para essas coisas porque a minha conscientização me levou a ser, de um burguês conservador e religioso, uma pessoa com uma atuação absolutamente desafiadora do esquema e com um compromisso com a mudança. O discurso que mostrei aqui revela bem o que eu entendia por compromisso com o povo: mudar. Não preguei a luta armada porque não tenho estrutura pessoal para isso, não foi por causa de religião.

Os grupos revolucionários o procuraram para ingressar na luta armada?

¹⁸ O general Golbery do Couto e Silva, ligado ao grupo do presidente Castelo Branco, assumiu em junho de 1964 a chefia do recém-criado Serviço Nacional de Informações (SNI). Em 1967, com a posse de Costa e Silva na presidência, entregou o cargo e assumiu as funções de ministro do Tribunal de Contas da União. Foi do Gabinete Civil da Presidência de março de 1974, no início do governo Geisel, até agosto de 1981, já no governo Figueiredo quando pediu demissão. Ver *DHBB*, op. cit.

¹⁹ José Bonifácio Lafayette de Andrada teve uma longa carreira política, iniciada em Minas Gerais com sua participação na Revolução de 30. Foi deputado federal de 1946 a 1979 e nesse período pertenceu à UDN e à Arena. De 1968 a 1970 foi presidente da Câmara. Ver *DHBB*, op. cit.

Procuraram! “O que o senhor está fazendo aí, deputado? O senhor é um homem como nós, tem que ingressar nisso!” Eu tinha uma certa dificuldade. Mas defendi gente de vários grupos, do MR-8, da AP.

O que é importante entender, em relação à constituição do grupo autêntico, é que naquela época, a partir de 1971, mais 72, ficou muito clara a necessidade de se formar um partido de oposição, e o nosso grupo resolveu partir para um certo enfrentamento. Nós éramos um grupo residual dentro do MDB, uns sete, mais ou menos, que fazíamos uma resistência firme. Outra coisa importante, também, foi que nós saímos do Congresso Nacional e fomos procurar as universidades e os sindicatos, fomos fazer palestras nesses lugares. Quando eu falava em São Paulo, por exemplo, o Fleury²⁰ ficava em cima, ameaçando. Mas nós falávamos, porque víamos que havia um sentimento opositor no povo brasileiro. Estava quieto, achatado, igual a sapo debaixo de pé de boi, mas estava ali.

Quando Fernando Lyra e Marcos Freire o procuraram, queriam mandar um perseguido político para fora do país. Essa operação foi bem-sucedida?

Foi. Mandamos aquele rapaz para fora, senão ele seria morto. Aquele deputado estadual Paulo Wright, por exemplo, esteve várias vezes no meu escritório dizendo: “Estou sentindo o cheiro dos cães no meu encalço...” Eu dizia: “Vai embora...” Ele ficou e foi assassinado.²¹ Com o Maranhão foi a mesma coisa.²² Foram assassinados um atrás do

²⁰ Sérgio Fleury foi delegado de polícia em São Paulo a partir de 1966. Em 1968 entrou no Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops) e passou a ser responsável pelo combate aos movimentos de oposição ao regime militar. Enfrentou vários processos devido ao seu envolvimento com torturas em presos políticos e também com o esquadrão da morte paulista, porém não foi condenado. Morreu afogado em 1979 ao cair de seu iate. Ver *DHBB*, op. cit.

²¹ Paulo Stuart Wright, deputado estadual em São Paulo, teve seu mandato cassado logo após o golpe de 1964 e exilou-se no México por um ano. De volta ao Brasil, tornou-se dirigente da Ação Popular Marxista-Leninista (APML) e atuou na clandestinidade até 1973, quando foi preso e morto por agentes do Departamento de Operações Internas do Centro de Operações de Defesa Interna (Doi-Codi) Departamento de Operações Internas do Centro de Operações de Defesa Interna de São Paulo. Ver Grupo Tortura Nunca Mais RJ e PE, *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964* (Recife, CEPE, 1995), p. 369.

²² Luiz Ignácio Maranhão Filho, militante do Partido Comunista do Brasil (PCB) desde 1945, foi preso pela primeira vez em 1952 e libertado no ano seguinte. Em 1958 foi eleito deputado estadual no Rio Grande do Norte com o apoio da Aliança Popular Nacionalista, composta pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), o Partido Social Trabalhista (PST) e o PSB. Em 1962 obteve uma suplência, com o apoio da Aliança Democrática Trabalhista, constituída pela UDN e pelo PST. Após o golpe de 64, dirigiu-se ao Rio de Janeiro e aí deu continuidade à sua atividade política, que procurava criar elos entre o movimento católico e a militância comunista. Em 1974 foi morto pela repressão em circunstâncias não conhecidas. Ver Maria da Conceição Pinto de Góes, *A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho - cristãos e comunistas*

outro, mas não saíam do país. Esses camaradas colocavam a vida — isso não é artifício retórico, não — realmente à disposição do país.

Uma vez, por exemplo, eu disse para a mãe do Ivan Dias, que acabou sendo morto pela repressão: “Vamos pedir para ser aplicada no caso do Ivan a Lei de Segurança Nacional”. Sabem por quê? Porque, usando a Lei de Segurança Nacional, se identificava onde a pessoa estava. Eu fiz uma lei no Congresso Nacional que obrigava as autoridades, quando prendessem alguém, a comunicar em que estado a pessoa entrava na prisão e onde ela estava. Não pedi o fim da pena de morte prevista na Lei de Segurança Nacional, não pedi o fim do julgamento de civis por militares, porque, se pedisse, poderiam dizer: “Ah, isso não pode...” Aliás, o próprio Abi Ackel²³ disse: “Esta lei é perfeita. Só tem um defeito: a assinatura do autor...” Não mexi em nada porque sabia que não passaria. Só queria identificar onde estava o preso e ter um atestado: “Entrou em perfeitas condições físicas”. Fiz isso, aliás, quando prenderam Chico Pinto.²⁴ Levei-o para um exame na Câmara e falei com o ministro presidente do Tribunal: “Ele está em perfeitas condições físicas, conforme está aqui atestado.” Ele respondeu: “O coronel está aqui para levá-lo...” Eu disse: “Não precisa, nós vamos levá-lo e vamos apresentar o atestado lá também.” Chico Pinto era uma pessoa muito visada por causa daquele discurso que fez quando da visita do Pinochet. Ontem mesmo eu disse na Câmara que o Pinochet declarou uma vez a um jornal americano, o *Baltimore Sun*, que “o Exército não é como a polícia: quando sai, sai para matar”. Sai para matar!!! Pinochet é um assassino feroz, sanguinário, cortava os braços das pessoas, cortava as mãos do Victor Jara e de outros! Uma coisa horrorosa! E agora é um chefe de Estado coitadinho, octogenário!²⁵

na construção da utopia (Rio de Janeiro, Revan, 2000), e Brasil, TSE, *Dados estatísticos* (Rio de Janeiro, TSE, 1961, v. 4; 1964, v. 6).

²³ Ibrahim Abi-Ackel foi eleito deputado federal por Minas em 1974 e, na legislatura iniciada em 1975, foi vice-líder da Arena na Câmara e relator da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o sistema penitenciário brasileiro. Reeleito em 1978, assumiu em 1980 o Ministério da Justiça após a morte de Petrônio Portela e permaneceu no cargo até o fim do governo Figueiredo. Ver *DHBB*, op. cit.

²⁴ Francisco Pinto, deputado federal pelo MDB da Bahia desde 1971, proferiu discurso em 14 de março de 1974, por ocasião da visita do general Augusto Pinochet ao Brasil, que foi considerado ofensivo ao ditador chileno. O procurador-geral da República, José Carlos Moreira Alves, denunciou o parlamentar ao STF enquadrando-o na Lei de Segurança Nacional. Em 10 de outubro seguinte Francisco Pinto foi condenado a seis meses de prisão, foi preso e perdeu o mandato de deputado federal. Ver *DHBB*, op. cit.

²⁵ Em 1990, depois de 13 anos de regime militar, Pinochet deixou o poder mas permaneceu como chefe das forças armadas chilenas. Em 1998, beneficiando-se de uma legislação por ele mesmo outorgada, que estabelecia que ex-presidentes tinham o direito de assumir uma cadeira no Senado, tornou-se senador, sob o protesto da esquerda chilena e de entidades internacionais de direitos humanos, pois como senador não poderia responder a processos judiciais. Em outubro de 1998, quando estava na Inglaterra para fazer um

Voltando à minha participação no grupo autêntico, eu diria que no meu caso particular a minha atuação na Câmara nasceu do impulso de um grupo de trabalhadores. Nunca fui operário, sou de uma família ultraburguesa, onde o único que não é burguês é meu irmão, que também foi cassado no professorado e perseguido, mas na verdade foram os trabalhadores que me empurraram, e isso é uma coisa que me satisfaz muito. Os trabalhadores, que me viram nas minhas deficiências ideológicas, disseram: “Não, ele vai nos representar bem na Câmara, porque nos representa nos tribunais, seja nos trabalhistas, seja nos de exceção.” Foi esse grupo que me impulsionou para a minha atuação.

As eleições de 1974, Chagas Freitas e Amaral Peixoto

A campanha de 1974 foi bem diferente da de 70, não? O senhor, como todo o MDB, recebeu então um apoio bem mais expressivo da esquerda.

A esquerda, posso dizer, me deu apoio total. Fui procurado por quase todos os grupos, inclusive pelos que estavam advogando a luta armada, MR-8, AP, todos. Dante de Oliveira foi até meu cabo eleitoral... Ele e Raymundo de Oliveira eram os representantes do MR-8 na minha campanha em 74. Tive apoio inclusive do Partido Comunista. Tive dois encontros com Prestes — depois encontrei-me várias vezes com ele em Genebra. Mas naquela ocasião, ele virou-se para mim e disse: “Por que nós não temos uma colaboração mais íntima?” Respondi: “Porque vocês obrigam a gente a cada companhia...” — havia uns pilantras aí que eles apoiavam. Ele disse: “Mas em uma aliança a gente tem que engolir sapos...” Respondi: “Não tem que engolir sapo! Você está iludindo várias pessoas que poderiam depositar seus votos em candidatos que iriam lutar pela transformação!” Mas o Partido Comunista queria ter um bom relacionamento com Chagas para poder incluir

tratamento de saúde, o juiz espanhol Baltazar Garzón apresentou à corte inglesa um pedido de extradição de Pinochet para a Espanha, para que aí pudesse ser julgado pelos crimes de genocídio e tortura durante seu governo (1973-1990). Iniciou-se então uma grande polêmica em torno da imunidade de Pinochet como ex-chefe de Estado. Seus advogados lançavam mão do argumento de que seu estado de saúde não permitia a extradição. O primeiro julgamento na Câmara dos Lordes, em 25 de novembro de 1998 — dia anterior ao desta entrevista de Lysaneas Maciel —, negou imunidade a Pinochet, o que permitiu que um longo processo para sua extradição fosse iniciado. No entanto, depois de mais de um ano, em 11 de janeiro de 2000, e após a realização de exames médicos, o ministro do Interior britânico Jack Straw negou o pedido de extradição e Pinochet retornou ao Chile sem ser julgado pelas violações aos direitos humanos ocorridas em seu governo. Ver *Folha de S. Paulo*, “O caso Pinochet”, 23 de janeiro de 2000.

vários candidatos... Se não fizessem isso, aliás, não entravam mesmo, Chagas fechava com mão de ferro, nem se incomodava. Para terem candidatos, eles tinham que conviver.

Em 74, eu não tive perto de 100 mil votos,²⁶ tive mais de 180 mil, segundo o Fonseca Passos. Mas Chagas botou umas professoras dizendo que se eu ultrapassasse os votos do Miro elas não seriam efetivadas, e do nosso lado nós não tínhamos ninguém para fiscalizar... Eu chegava a uma zona e me diziam: “Os seus 42 votos estão aqui.” Eu nem pedia para ver, simplesmente chegava, me apresentava, e eles me mostravam. Mas não podia verificar sei lá quantas urnas. Chagas distribuía mandatos como se distribuía salgadinho em festa: fulano vai ser eleito, fulano não vai ser.

Esse “controle” era feito na apuração?

Não. Isso eu aprendi com Nelson Carneiro.²⁷ Uma vez, quando eu disse que estava sendo violentamente furtado, ele, que era uma raposa velha em política, disse assim: “Lysaneas, aprenda uma coisa comigo. Eleição se ganha em cinco momentos, e Chagas é perito nisso: se ganha na votação, na apuração, no mapismo, no Tribunal e no tapetão. Em todos esses momentos se ganha a eleição, mais do que propriamente na votação.” Aprendi isso a duras penas, e foi Nelson Carneiro quem me ensinou.

Como era sua relação com Nelson Carneiro?

Nelson Carneiro e Amaral Peixoto²⁸ brigaram com Chagas, e nós formamos ao lado deles, que eram bem melhores do que o grupo chaguista. Agora, a posição do Nelson

²⁶ Os resultados oficiais atribuíram a Lysaneas Maciel nessa eleição 97.726 votos. Ver Brasil, TSE, *Dados estatísticos* (Rio de Janeiro, TSE, 1977, v. 11).

²⁷ Nelson Carneiro foi deputado federal pela Bahia na legenda da UDN em 1947, e deputado federal pelo Distrito Federal, e em seguida pela Guanabara, de 1959 a 1971, primeiro na legenda do PSD e depois do MDB. Em 1970 foi eleito senador pela Guanabara. Após a fusão da Guanabara com o Estado do Rio em 1975, passou a integrar o grupo antichaguista do MDB fluminense, aliando-se a seu antigo correligionário do PSD, Amaral Peixoto. Ver *DHBB*, op. cit.

²⁸ Ernani do Amaral Peixoto foi interventor no Estado do Rio durante o Estado Novo (1937-1945), governador eleito de 1951 a 1954, e várias vezes deputado e senador. Foi presidente nacional do PSD de 1952 e 1965, organizou a partir de então o MDB fluminense e, com a fusão do Estado do Rio com a Guanabara em 1975, passou a disputar o comando do partido com Chagas Freitas, procurando atrair para seu grupo os autênticos do MDB. Após a extinção do bipartidarismo em 1979, ao perceber que, a despeito da ida de Chagas para o PP, seu grupo político continuaria em minoria dentro do PMDB, decidiu ingressar no Partido Democrático Social (PDS), criado para substituir a Arena, antigo partido de apoio ao regime militar. Ver *DHBB*, op. cit. e *Artes da política; diálogo com Amaral Peixoto* (org. Aspásia Camargo,

era ambígua. Ele não era de jeito nenhum do grupo autêntico. Nem ele, nem Tancredo.²⁹ Não batia de frente, de jeito nenhum! Engraçado foi que, quando nós fizemos uma passeata na avenida Rio Branco, eu disse: “Nelson, você tem que entrar aqui hoje, pôxa!” Ele dizia: “Não, Lysaneas, vamos só até a esquina...” Eu: “Não, vamos até a Cinelândia!” Agarrei ele de um lado, Raymundo de Oliveira agarrou do outro, e ele gemia: “Ahn, ahn”... Nós comandávamos: “Saúda o povo, Nelson!” Ele: “Ahn, ahn...” Estavam jogando máquinas de escrever em cima da gente, elementos da própria repressão. Ele foi gemendo até o fim. O máximo que fazia era levantar a mão. “Levanta a mão para o povo, Nelson!”

O comportamento dele na verdade era mais que ambíguo, porque coonestava o regime. Por exemplo, ele fazia parte da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Nunca fez uma diligência na comissão! Nunca pediu para interrogar um policial! Não funcionava, a Comissão de Direitos Humanos. Foi aí que Jarbas Vasconcelos deu uma espinafurada nele: “Vamos acabar com esse negócio Comissão de Direitos Humanos! Direitos humanos no Brasil é com o Lysaneas! Vamos nos juntar a ele!”

É sabido que nas eleições de 1974 Chagas Freitas o impediu de aparecer na televisão. Como foi essa história?

A coisa foi grave. Sou advogado de um sobrinho de um ministro do Supremo Tribunal Federal que era, por acaso, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, e ele conseguiu um mandado que obrigava o Tribunal Regional a fiscalizar o Chagas. Chagas não obedecia! Cheguei a entrar aqui no Tribunal Regional e a dizer um absurdo — devia ter sido preso por dizer aquilo. Eu disse: “Não sei qual é o poder que o governador deste estado tem aqui neste Tribunal. A ordem vem de cima e ele não obedece!” Simplesmente não obedecia, era descarado mesmo. Mas o Tribunal Superior acabou mandando um juiz para cá para fiscalizar o Chagas. Eu só falei uma vez na televisão naquela campanha de 74. O resto, ele impediu. A gente fazia recursos contra ele todo dia, mas perdia aqui no Tribunal, porque ele nomeava os juízes. Era muito difícil.

Lucia Hippolito, Maria Celina Soares de Araújo e Dora Rocha Flaksman. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986).

²⁹ Tancredo Neves procurou desempenhar um papel de conciliador nos conflitos entre os autênticos e os moderados do MDB, mas sua posição sempre foi mais moderada. Em julho de 1977 seria eleito, com apenas dois votos de diferença, líder da bancada emedebista na Câmara, derrotando o deputado paulista Freitas Nobre, que representava os autênticos. Ver *DHBB*, op. cit.

Chagas, na verdade, servia aos militares. Muitas vezes ficava duas, três horas na ante-sala do ministro do Exército, na ante-sala do comandante da Polícia Militar, para ser atendido. Era a subserviência total. Ia lá para prestar serviço: “O que eu posso fazer para ajudar a Revolução?” Inclusive, no meu caso, como todo partido é obrigado a publicar a lista dos candidatos, sabem o que ele fez? Foi extremamente hábil. Publicou: “Na ocasião se esclareceu que Lysaneas Maciel não era candidato a deputado estadual.” Absolutamente verdadeiro, não era mesmo! Mas não publicou que eu era candidato a federal!

Essa história do MDB tem que ser contada. Eu não tenho nenhum rancor do Chagas. Ele, para mim, é uma figura menor, que influenciou de maneira extremamente maléfica a política deste estado. Criou uma série de deputados e políticos menores, sem base popular nenhuma, sem ideologia. Todos viviam proclamando sua fidelidade à Revolução, ninguém tinha compromisso com o povo, com a justiça social, com nada. Chagas foi um político nefasto para o Rio de Janeiro porque criou essa geração de políticos subalternos, serviçais, sem compromisso com a mudança, num partido que deveria oferecer alternativas e não oferecia nenhuma.

Como era a relação dos autênticos com Amaral Peixoto?

Era melhor, embora soubéssemos das dificuldades dele. Houve o seguinte: ele começou a nos ajudar um pouco na questão das perseguições aos presos políticos, começou a fazer um ou outro pronunciamento no Senado. Enfrentar Chagas aqui era fundamental, e Amaral representava a resistência ao Chagas, ultramoderada, mas resistência. Há pessoas que dizem, nesses depoimentos a vocês, que “o Chagas tinha várias coisas positivas”. Mas o mal que ele causou à democracia, a desmoralização da classe política que ele provocou no estado...

O senhor chegou a se encontrar alguma vez com Amaral Peixoto?

Muitas vezes. Nós tínhamos que fazer uma opção entre ele e Chagas. E Amaral, de certa forma, aceitava certos avanços nossos, certas posições. Em direitos humanos, por exemplo, várias vezes ele me ajudou. Era um homem muito relacionado, porque tinha feito parte do *entourage* do Getúlio e conhecia todo mundo, todos os militares. Nós dizíamos, por exemplo: “Esse general aí, o senhor conhece, vamos lá, o senhor fala com ele...” Ele

ia. Não tinha nenhuma atitude ostensiva, mas ia. Nós não tínhamos a quem apelar, e era bom termos a ajuda de uma pessoa que tinha relacionamento. Naquela altura, se você poupasse algumas horas de tortura e salvasse algumas vidas, já era importante.

As pessoas, muitas vezes, diziam: “Não adianta nada, a situação não vai mudar mesmo...” Até a esposa do J. G. de Araújo Jorge, que é engraçadíssima, dizia esse tipo de coisa. Nossa reunião era na casa dela, porque ela achava que o J. G. era injustiçado, era tido como poeta da menina-moça, e devia ser importante no grupo dos autênticos. Ela dizia assim: “Vocês têm que se conformar, não adianta nada reclamar. Isto aqui vai ser uma ditadura. A do Getúlio durou 15 anos e esta vai durar mais 20! Não adianta vocês ficarem gritando feito bobos!” Era muito pragmática... Mas, justamente, com todas aquelas dificuldades, por que é que se tinha que espremer o MDB? Para transformá-lo em um partido de oposição. Senão nós teríamos anos e anos de ditadura militar.

Aqueles foram anos de perseguição violentíssima, em que se matavam pessoas. Um ex-parlamentar como Rubem Paiva foi torturado e morto.³⁰ Torturaram e mataram o Maranhão. Torturam e mataram dois operários da Fábrica Bangu, Netinho e Wilson. Aliás, há pouco tempo lembrei essa história. Ano passado, a Light mandou fincar postes na frente das casas dos operários em Bangu, e eles não podiam entrar. Como a Light foi privatizada, fui até lá para defender os moradores. Eu disse: “Arranca o poste!” Tinha um velhinho escutando — o nome dele é Cavaco —, que disse assim: “Se esse deputado” — eu já era vereador, não era mais deputado — “está mandando arrancar o poste, podem arrancar.” As pessoas perguntaram: “Por quê? A polícia já foi avisada, já mandou os homens para cá...” Ele disse: “Na época da repressão mais violenta, quando os nossos companheiros estavam sendo assassinados, ele chegou aqui em Bangu e falou assim: ‘Nós temos que proclamar que esses companheiros estão sendo mortos!’ O pessoal perguntou: ‘Mas como é que nós vamos fazer isso?’ Ele respondeu: ‘Vamos sair gritando. Pára um em cada esquina e vamos gritar: Netinho está sendo assassinado neste momento, não tem direito de defesa, não sabemos nem qual é a repartição militar em que ele está!’” Foi um episódio que me comoveu, esse. Ele continuou: “Nós saímos com um surdo” — nem era bumbo — “pelas ruas de Bangu, tocando e proclamando que as pessoas estavam sendo assassinadas. Estávamos morrendo de medo, mas como o senhor ia na frente, nós fomos.”

³⁰ Rubem Paiva, eleito deputado federal pelo PTB em 1962, teve seu mandato cassado logo após o golpe de 64. Em 20 de janeiro de 1971, teve sua casa invadida sem mandado judicial, foi preso, torturado e morto por agentes do Doi-Codi.

Um exército de Brancaleone gritando no meio da rua... Ele ainda disse: “Aquilo trazia conforto.” Realmente, quando o preso estava sendo torturado violentamente, e sabia que tinha alguém lutando por ele, se animava. Várias vezes, por exemplo, eu ia com dom Evaristo Arns às prisões da rua Tutóia e eles ficavam sabendo. Um deputado não valia nada, mas um cardeal já tinha um certo valor.

Lembram da época do nazismo? Quase todo mundo era nazista. Aqui, quase todo mundo era revolucionário. Por medo, por conveniência política, por negócios...

A eleição de Geisel e a anticandidatura de Ulisses Guimarães

Em julho de 1974 foi votada a lei da fusão da Guanabara com o Estado do Rio.³¹ O senhor chegou a participar desse debate?

De uma maneira pálida. Porque essa era uma manobra proposta pelo golpe, e era uma maneira de esvaziar a oposição maior, que estava aqui na Guanabara.

Mas como “oposição maior”, se quem controlava a política na Guanabara era Chagas Freitas, que, como o senhor acabou de dizer, estava afinado com os militares?

Mas mesmo assim ainda havia resistência. Eles matavam os jovens, mas, não obstante a presença nas universidades de um homem armado, civil ou militar, os estudantes resistiam. Ao lado da reitoria havia sempre um coronel, e eles resistiam. E nós dávamos uma pequena contribuição para esse tipo de resistência. O pessoal estava acordando. Em 74, o MDB ganhou a eleição. Mesmo aos trancos e barrancos, Chagas foi obrigado a nos dar legenda, a mim e ao J. G. Nós não dávamos muita confiança a ele, mas era difícil introduzir mais alguém para aumentar a resistência. Apoiamos outros candidatos, como Modesto da Silveira, Edson Khair...

Tanto havia resistência que no dia da eleição do Geisel houve um episódio interessante. Eu redigi aquele voto: “Nós nos recusamos a participar desta farsa. Eleição

³¹ A Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974, decretou a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro a partir de 15 de março de 1975.

sem povo não é eleição. Devolvemos nosso voto ao grande ausente: o povo brasileiro.”³² Paulo Torres, que estava presidindo a sessão, mandou o Petrônio falar conosco: “O voto de vocês vai ser considerado abstenção” — eram 13 ou 16 votos. Chico Pinto virou para ele e disse: “Nós não estamos nos abstendo, estamos nos recusando a participar de uma farsa eleitoral!” Ele voltou com outro recado: “Olha, vocês vão perder o *jeton* da sessão...” Aí o Chico disse: “Nosso preço não são 10 mil cruzeiros!” Parece que o *jeton* naquela época era bem elevado, porque o governo tinha que dar a impressão de que tinha voto.

Como foi, nesse momento da eleição de Geisel, o episódio da anticandidatura, tão importante para a história do MDB?

Muito importante para a história do MDB. E por que foi importante? Na verdade, nós resolvemos lançar um candidato nosso porque a lei eleitoral previa que durante 60 dias os candidatos podiam usar a televisão. Isso era da maior importância. E o desdobramento disso também. O que nós queríamos era que o candidato, fosse quem fosse, pudesse usar o rádio e a televisão, mas na última hora desistisse e denunciasse o processo eleitoral. No último dia, diria: “Isto aqui é uma farsa, não é uma eleição! Nossa participação foi somente para usar o rádio e a televisão, para denunciar o que está acontecendo no país!”

Combinamos inicialmente que os candidatos seríamos eu e Marcos Freire, mas depois achamos que um nome de peso, como o de Barbosa Lima Sobrinho, seria muito mais sugestivo. Convidamos Barbosa Lima e decidimos que um de nós seria o vice, para termos certeza de que os dois iriam desistir, embora o Barbosa nos tivesse assegurado tranquilamente que desistiria na véspera do pleito. Sairia pelo país todo, faria aquela pregação democrática, faria denúncias, e na véspera renunciaria: “Isto é uma farsa!” Mas aí, o que aconteceu? Ulisses ficou sabendo que tínhamos convidado o Barbosa e se encantou. Percebeu que aquilo ia ser interessante do ponto de vista de publicidade, de *marketing*, e resolveu ser o candidato.

³² Em 15 de janeiro de 1974, o general Ernesto Geisel foi eleito presidente da República pelo colégio eleitoral, recebendo “400 votos da Arena contra 76 dados pelo MDB ao anticandidato Ulisses Guimarães e 21 devolvidos ao povo brasileiro pelos radicais do partido da oposição”. *Veja*, n. 281, 23 de janeiro de 1974, p. 14.

Com a aproximação de Ulisses Guimarães, o grupo dos autênticos temeu perder o controle do processo?

Temeu! Nós não tínhamos nenhuma confiança nele! Tanto que ele gostou do negócio de ser candidato a presidente e não desistiu coisa nenhuma. Aí, nós também não votamos nele. O pessoal tem essa história com o Ulisses, de que ele era um mestre em redigir notas, mas isso é bobagem! É muito desagradável falar sobre um cara morto, mas ele não foi absolutamente essa figura da resistência democrática. Tanto que no começo do regime militar ele pediu para aumentar o prazo das cassações de 10 para 15 anos, dizendo que o país precisava de mais paz, por mais tempo! Não precisa de mais nada na vida dele! Nossa relação foi penosa. Na campanha da anticandidatura nenhum de nós falava, nem era indicado para os comícios. Alencar Furtado ainda teve um acesso pequeno no Paraná, mas de modo geral, no Rio, quando eles vinham aqui, não éramos nós que íamos para os palanques. Quem ia eram pessoas mais dóceis, mais amestradas.

Mas o fato é que depois de 1974 o grupo dos autênticos cresceu. Parece que na eleição de Alencar Furtado para a liderança do MDB na Câmara, em 1977, até o próprio Chagas Freitas levou para ele os votos do MDB da antiga Guanabara. Houve isso?

Duvido que isso tenha sido verdade. Muita coisa que se diz por aí não é verdade. Chagas não nos engolia de forma alguma. Eles se proclamavam revolucionários! Dinarte Mariz fez um discurso, a pedido do Ulisses e do Thales Ramalho, que era outra figura meio sinistra de adesismo, com o propósito de conter os autênticos. Disse no Senado: “Estou falando em nome da direção do MDB!” Era esse tipo de coisa que havia, nós não tínhamos vez. Falávamos uma vez por semestre, quando falávamos. A censura vinha do próprio MDB: “Não podemos provocar, você vai ser cassado” — até davam desculpas — “temos que preservar o seu mandato...” Esse discurso que mostrei aqui, eu fiz no pinga-fogo, que serve para comunicações de urgência. O líder do partido, Laerte Vieira, não me cedeu a vez para falar.

Seus discursos não eram divulgados no país.

Não! Com aquele regime de imprensa terrível que havia, meus discursos eram censurados no Brasil, mas eram publicados no *Le Monde* e no *New York Times*. O *Le Monde* me mandava cópia dos pronunciamentos que eu fazia.

Cassação e exílio

Em 1975 houve uma denúncia em uma auditoria militar de que o senhor teria possibilitado a entrada de militantes comunistas no MDB. Como foi isso?

Foi na 8ª Auditoria. Abonei algumas fichas, em geral Chagas costumava vetar, mas dessa vez não vetou. Eu me lembro do Arlindenor, vários outros. Acabou que fui denunciado pelo promotor e processado como subversivo, porque estava patrocinando a entrada no MDB de elementos do Partido Comunista. Eu disse lá na auditoria: “Vocês não precisam torturar ninguém para dizer que me ajudou na minha campanha, porque eu não sou comunista, mas os votos dos comunistas são bem-vindos. Guardo as minhas convicções, mas tenho profundo respeito por essas pessoas que estão sendo sacrificadas pelo regime.” Até citei aquela frase que ficou famosa na auditoria, que foi usada por um pastor protestante na Alemanha quando vieram pegá-lo. Vejam que beleza: “Primeiro eles vieram buscar os comunistas; eu não falei nada porque não era comunista. Depois vieram buscar os operários membros do sindicato; não falei nada porque não era um operário sindicalizado. Depois buscaram os católicos; não falei nada porque era protestante. Finalmente vieram me buscar; quando isso aconteceu, não restou ninguém para falar.” Essa frase, eu usei pela primeira vez na Câmara, no meu primeiro pronunciamento. Depois ela serviu de mote, de bandeira para muita coisa.

Depois desse problema na auditoria militar o senhor sentiu que a pressão ia aumentar? Sabia que ia ser cassado após o pronunciamento que nos mostrou?

Sabia. Fui prevenido até pelo próprio Ulisses, que me disse: “Tenho a informação de que se você ou qualquer um falar sobre as cassações, vai ser cassado.” Mas achei que não devíamos preservar o mandato, e sim protestar.

O senhor temeu por sua segurança?

Ah, sem dúvida nenhuma! Tanto é que, quando fui cassado, eu disse que não ia me entregar. Eles cassavam você na sexta-feira à tarde, à noite levavam para o PIC de Brasília e moíam você lá. Enterravam vivo, jogavam a cabeça em balde de óleo, essa coisa toda. Quando o coronel foi me buscar, eu disse: “Não me entrego.” Vocês sabem que os apartamentos em Brasília são de vidro, basta um chute com um batebute daqueles, e cai tudo. Mas aí o Chico Pinto e o Paes de Andrade chegaram, veio o Jarbas Vasconcelos... Eu tinha um revólver só, o Jarbas trouxe outro, e ficaram umas pessoas comigo. Antônio Martins Vilas Boas, ministro do Supremo, chegou lá e disse assim: “Eu sei que você é muito besta e vai resistir. Eu não valho nada, com esse corpanzil de 70 e tantos anos, mas estou aqui.” À meia-noite ele conseguiu falar com o Geisel, ele ou o Magalhães Pinto, e o Geisel virou-se para os militares e disse: “Contentem-se com a cassação.” Para mim, mandou dizer: “Saia do país imediatamente. Não posso conter os Bandeiras ou os Burnier.”

O Burnier e o Bandeira, aquele que amarrou o Gregório pelo pescoço e o puxou pelas ruas, consideravam que eu tinha enxovalhado internacionalmente os nomes deles, porque os meus discursos eram censurados aqui mas eram publicados lá fora. O Burnier, quando amarrou aquele filho da Zuzu Angel, Stuart Angel,³³ no escapamento do motor do jipe, e eu fiz um pronunciamento sobre isso, disse assim: “O nome da minha família foi enxovalhado internacionalmente!” Eu disse aos jornais: “Todo mundo fala sobre as Forças Armadas, e eu vou falar também. As Forças Armadas não são constituídas pelo Burnier, pelo comandante Zamith, por fulano, beltrano. As Forças Armadas não são constituídas por essa escória que está matando e assassinando.” Dei os nomes, e os jornais publicaram no exterior.

A situação era muito grave. Havia um comandante Clemente, da Marinha, na ilha das Flores, que, quando eu ia lá ver os prisioneiros, ficava com aquele chicotinho na minha cara. Eu dizia: “Cuidado, que isso pode me atingir...” Ele era tão cruel que de noite chegava perto de um prisioneiro e dava um chute nos genitais. Havia um estudante do Paraná apelidado de Topo Gigio, que parecia com aquele boneco por causa das orelhas, com quem ele fazia isso: chegava e dava um chute. Não era na hora do interrogatório, não, era à noite, uma hora qualquer. Um dia, sabe o que nós fizemos? Fomos à família dele e

³³ Sobre Zuzu e Stuart Angel, ver nota 55.

contamos isso às filhas dele. Mostramos as marcas desse Topo Gigio, que eu libertei, marcas nas canelas, nos genitais, tudo. O cara se suicidou. Comandante Clemente, da Marinha. Eu dei o nome dele.

A minha cassação foi decidida aqui na Vila Militar, não foi decidida no Palácio do Planalto. Esses militares que eu citava, Zamith, Bandeira, Burnier, se reuniram e disseram: “Ou o governo dá um jeito nesse cara ou nós vamos dar.” Eu tenho os nomes dos que exigiram a minha cassação. Foi graças ao ministro Vilas Boas, que é da minha igreja, e que pediu que eu não fosse preso, que o Geisel disse: “Não vai ser preso, contentem-se com a cassação.” Foram o ministro Vilas Boas e Magalhães Pinto que evitaram a minha prisão. E foi o próprio Geisel quem aconselhou que eu caísse fora do país, quem disse que podia garantir que eu não ia ser preso, mas não podia garantir a minha incolumidade. Quer dizer, rigorosamente, aqui entre nós, quem salvou a minha vida foi o Geisel.

O senhor pediu asilo?

Não. Primeiro eu falei na embaixada do México, mas, como não fui preso, resolvi não me asilar, porque depois de asilado é complicado o processo para voltar. Como o Geisel disse que não era mais para eu ser preso, Fernando Lyra foi lá no Departamento de Polícia Federal — o Fernando é bom para isso, porque é muito simpático — e conseguiu o meu passaporte. Fui para Genebra, onde entrei sem visto.

Como era o fluxo de informações em Genebra sobre o que se passava no Brasil e no mundo?

O fluxo era bom. Por exemplo, recebi os telegramas que o Contreras passou mandando assassinar o Letelier, toda aquela documentação nós tínhamos.³⁴ O fluxo de informações lá era muito grande.

³⁴ Em 21 de setembro de 1976, Orlando Letelier, que tinha sido embaixador do Chile em Washington durante o governo de Salvador Allende, foi assassinado junto com um amigo na capital americana. Em 1978, Michael Towley, cidadão americano que trabalhava para a polícia secreta chilena, foi indiciado pelo FBI pelo crime. Em 1980, Towley confessou ter colocado a bomba no carro de Letelier a mando do coronel Manuel Contreras, chefe da polícia secreta chilena, e forneceu ainda uma série de informações sobre o terrorismo internacional do regime de Pinochet. Ao longo do processo foram divulgadas cartas de Contreras a Towley e à polícia secreta ordenando o assassinato. Em 1993, Contreras foi preso e condenado a sete anos de prisão. Fonte: <http://news.bbc.co.uk>

As lideranças políticas brasileiras exiladas acreditavam que o processo de distensão no Brasil iria caminhar para a anistia?

Ninguém acreditava. Mesmo quando Geisel começou a falar na distensão, ninguém acreditava. Mas os bolivianos e os brasileiros tinham uma característica comum: sempre achavam que iam voltar no dia seguinte. Os bolivianos pensavam assim, e nós brasileiros também ficávamos naquela doce ilusão. Quando eu disse “o mundo está mudando e o país vai mudar também”, era porque nós já tínhamos um contato muito grande com esses exilados. Eu falava freqüentemente nas universidades suíças. Havia um deputado socialista suíço que denunciou a participação da Suíça no financiamento dos Pinochet da vida, que diz que a Suíça era lavanderia de dinheiro de ditador e de dinheiro de tortura, de *gangster*, que nos levava para as universidades, e a gente falava lá.

O senhor fez contatos políticos lá fora, com Brizola, com Arraes?

Fiz! Arraes passava de 15 em 15 dias em Genebra para conversar. E Brizola, só depois foi que comecei a conversar com ele. Curiosamente, passou por lá uma repórter, Judith Patarra, da *Veja*, louca para tirar uma fotografia minha, do Arraes e do Brizola na mesa daquele restaurante de Genebra onde o Lenine fez o manifesto, mas o Arraes não quis de jeito nenhum.

Sua aproximação com Brizola ocorreu quando? Só em 78?

Foi. De 78 em diante. Eu não o conhecia e nem tinha muita admiração pelos seus métodos. Depois é que comecei a perceber suas qualidades e defeitos também. Mas um dia ele pediu para manter um contato comigo lá em Genebra, ficamos praticamente hospedados na mesma casa, e com isso começamos a conversar, para eu explicar a ele o que era a social-democracia. Ele entrou nisso desconhecendo completamente o que era a social-democracia européia. Em muitos países era nazismo. A social-democracia alemã, com o Schmidt, era verdadeiramente nazista. Com Willy Brandt não, já era uma pessoa evoluída. Tinha também o Rocard, o *premier* francês, que aliás é brasileiro, é Rocha, que divergiu muito do Mitterrand. Então eu expliquei ao Brizola: “Você tem que andar com

cuidado, senão vai participar de uma furada.” Ele escutava mais ou menos, não é de escutar muito, não. Mas tem uma coisa: como o Arraes passava lá sistematicamente para conversar, pedi para levar o Brizola, porque nós tínhamos contato, e Brizola foi muito leal ao Arraes. Só queria decidir as coisas depois de falar com ele. Arraes se julgava presidente do Brasil no exílio, proclamava isso... Tinha cartão! Distribuía cartãozinho...

Nós tínhamos muita dificuldade para conversar com o Arraes. Primeiro, Brizola é um cão para trabalhar. Não tem doença nenhuma, não cansa, é filho de camponês. Mas Arraes, quando chegava o meio-dia, parava... Você não podia conversar com ele depois do almoço. Quando iam servir, nós dizíamos: “Não sirvam ainda não, porque senão acaba a conversa.” O cara vinha da Argélia, Brizola vinha muitas vezes dos Estados Unidos, de outras regiões, e não se podia conversar! Brizola teve muito mais atenção com o companheiro exilado do que o próprio Arraes, que se julgava tão importante.

O senhor embarcou desde o início no projeto de criação do PTB?

Sim. Fui convidado pelo Brizola a ir ao encontro de Lisboa e participei da comissão, junto com Betinho e mais três ou quatro pessoas, que redigiu aquele manifesto. Escrevemos lá: “Estamos redigindo no exterior porque na nossa pátria não podemos redigir.” Darcy Ribeiro quis fazer uma apologia de seis folhas do João Goulart, e eu disse: “Não, tenha paciência; isso não dá, não vou assinar esse negócio, não.”

Esse foi outro episódio engraçado. Brizola não sangra fácil, tem essa qualidade. Nós recebemos uma comunicação de que um general qualquer, ministro do Exército, tinha dito: “Nós não vamos permitir o ressurgimento de nenhum partido trabalhista.” Assim! Mandou o recado para nós. É engraçado como as pessoas se comportam em um momento crítico desses. Doutel de Andrade: “Vamos aguardar o momento oportuno para lançar o partido...” Mas Brizola não recuou, não. E ainda disse mais: que voltaria de qualquer jeito, não ficaria mais no exterior. Mas quando os outros recuaram, ele olhou para mim e perguntou: “O que você acha, Lysaneas?” Respondi: “Ué, se for para obedecer à ditadura militar, não precisa fazer partido. Acho que devemos fazer.” Foi aí, diante dessa minha manifestação, quando veio o recado dos militares, que ele me botou como um dos redatores do Manifesto de Lisboa. Integrei a proposta de ressurgimento do Partido

Trabalhista, que só não ressurgiu porque a Ivete fez um acordo com o Golbery e tiraram o Partido Trabalhista do Brizola.³⁵

O senhor voltou da Suíça antes da anistia, não?

Sim. Fiz uma experiência antes. Como eu não tinha ordem de prisão, apenas ficaria três, quatro horas detido no aeroporto. Houve aquele episódio na Suíça, em que o Ricúpero se recusou a renovar meu passaporte. Eu não podia ficar em um país estrangeiro sem passaporte, mas eles se recusaram a me dar. Dizem que eu quebrei lá o consulado, mas não. Eles iam fechar a porta e eu botei o pé. A porta era fraca... Não me davam passaporte! Diziam: “Não, estamos examinando”, e enquanto isso eu ficava em um país ultra-exigente em matéria de lei sem documento... Mas as autoridades suíças resolveram me abrigar mesmo sem passaporte. E, como eu era membro da Comissão de Direitos Humanos da ONU, representava esse conselho aqui, eles me deram visto de entrada.

De volta ao país: do PDT ao PT

Na eleição do presidente João Figueiredo, em outubro de 1978, o senhor chegou a apoiar aquela Frente de Redemocratização, com o general Euler Bentes?³⁶

Cheguei. O contato com Euler Bentes também foi engraçado, porque nós o lançamos como candidato, marcamos um encontro com ele em São Pedro da Aldeia, onde ele tem casa, e ele virou-se para mim, para o Chico Pinto e os outros e disse: “Não, não há mais condições...” Eu disse: “Escute uma coisa, general. Os senhores permitiram que o

³⁵ Em 1979, diante da expectativa do fim do bipartidarismo, a ex-deputada paulista Ivete Vargas começou a rearticular o PTB, enquanto Brizola, ainda no exílio, também fazia o mesmo. Após uma tentativa frustrada de unificação das duas correntes, Ivete Vargas requereu no TSE o registro provisório do partido. Logo em seguida o grupo brizolista encaminhou ao TSE um requerimento semelhante. Em maio de 1980, o TSE se pronunciou em favor de Ivete Vargas. Brizola denunciou o apoio do general Golbery a Ivete, numa manobra destinada a estabelecer um nível de oposição mais branda ao governo Figueiredo. O grupo brizolista fundou então uma nova agremiação, o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Ver *DHBB*, op. cit.

³⁶ Na sucessão presidencial de 1978, o MDB aliou-se a setores dissidentes da Arena, liderados pelo senador mineiro José de Magalhães Pinto, para formar a Frente de Redemocratização Nacional, que lançou a candidatura do general Euler Bentes Monteiro à presidência. No decorrer do processo eleitoral muitos membros da Arena foram ameaçados de perder o mandato e recuaram, mas o MDB continuou

país chegasse a este estado de coisas, e agora diz que não há mais condições? Nunca houve condição!” Ele: “Mas, deputado, o senhor não sabe. Quando se dizia que houve divergências no alto comando militar” — ele era comandante de uma região qualquer — “as pessoas pensavam que essas divergências eram apenas administrativas. Mas eram políticas também.” Ele queria recuar. É o que eu digo no meu discurso: quando há o pretexto de que não há condições para alterar a situação, a gente não anda para a frente nunca. O general Euler Bentes usou essa expressão, na casa dele: “não há condições”.

No dia da eleição do Figueiredo eu fui ao Congresso. Foi quando eu arrombei a porta. Lembram-se daquele episódio, que o *Jornal do Brasil* noticiou, daquela porta de vidro? A lei eleitoral previa que a eleição tinha que ser em audiência pública. Eles proibiram a entrada dos estudantes e encheram as galerias de funcionários públicos. Então eu arrombei a porta de vidro, e entraram trezentos e tantos estudantes. O Palácio do Planalto é pertinho da Câmara, e eles mandaram o policiamento de lá. Quando percebi isso, disse: “Vocês vão ser presos não é pela polícia da Câmara não, porque a polícia da Câmara não está mandando nada aqui, é pela polícia do Planalto! Não permitam isso!” José Bonifácio disse: “Lysaneas acabou de rasgar o AI-5! Está falando, cassado, dentro do Congresso Nacional! Acabou de rasgar o AI-5 e está ameaçando!” Aí me tiraram à força do Congresso, a mim, ao Chico Pinto e ao Alencar. Eu estava no Salão Verde, ao lado do plenário.

Como foi o processo de criação do PDT?

A partir de Lisboa comecei a verificar, conversando muito e conhecendo um pouco melhor Brizola, primeiro, que ele tinha algumas características: sempre se elegeu pelo voto popular, nunca usurpou o poder, nunca deu golpe para alcançar nada. E nunca traiu o povo nem o país. Eu, que era praticamente de tendência udenista, segundo ele, antibrizolista...

Acabou nos braços dele...

apoiando a candidatura de Euler Bentes, que no dia 15 de outubro recebeu 266 votos e foi derrotado por Figueiredo, com 355. Ver *DHBB*, op. cit.

Não acabei nos braços dele, não, porque divergi constantemente e cheguei a sair do partido.

O senhor nunca pensou na possibilidade de ingressar no PMDB?

Não, isso não. O PMDB era um remanescente que não me agradava. Claro, surgiram forças novas, surgiram os neo-autênticos, várias coisas interessantes. Figuras de respeito, como Teotônio Vilela, o pessoal de São Paulo... Marcos Freire continuou no PMDB, Jarbas também, Fernando Lyra... Mas eu não acreditava no PMDB, por causa dos elementos que dominavam o partido. Em política não existe espaço vazio. Se você botar uma pessoa de comportamento ambíguo na direção, um Thales Ramalho da vida, a direção será aquela.

Mas Thales Ramalho foi para o PP.³⁷

Mas depois voltou para o PMDB. Passaram para o PP Miro, Thales, Tancredo. De certa forma, estavam bordejando o poder.

Voltando à organização do PDT aqui no Rio.

Foi muito difícil. Muito poucos quadros. E havia alguns remanescentes do antigo PTB, os Bocayuva e não-sei-mais-quem, que tinham um comportamento político bastante ambíguo. Por exemplo, eles achavam que o grupo autêntico deveria ser marginalizado. Mas Brizola insistiu e usou uma expressão que Sebastião Nery repetiu no jornal: que o PDT aqui no Rio tinha que ter a minha cara. Mas depois o processo complicou. Brizola tinha que vencer três aspectos muito importantes da vida dele: o caudilhismo, o peleguismo e a manipulação populista. Botei isso por escrito. Aí começamos a divergir, porque ele achava que “não, essa coisa não é bem como você diz...” Quando eu falava em

³⁷ O Partido Popular (PP), criado em dezembro de 1979 logo após a extinção do bipartidarismo, congregava ex-arenistas de tendência liberal e ex-emedebistas moderados. Um de seus principais articuladores foi Tancredo Neves, que disputava espaço no partido com seu ex-adversário mineiro Magalhães Pinto; no Rio de Janeiro, a principal liderança era Chagas Freitas. Ver *DHBB*, op. cit.

pelego não era apenas no sentido sindical, mas no sentido político. Ele gosta de um pelego político.

Aventou-se a possibilidade da sua candidatura pelo PDT ao governo do estado do Rio em 1982?

Havia essa possibilidade. Havia uma pesquisa aqui, acho que do Ibope, segundo a qual os candidatos que tinham maior prestígio, em ordem decrescente, éramos eu e Nelson Carneiro. De início, se cogitou nisso realmente. Mas Brizola não aprecia a minha independência. E nem aprecia a minha condenação à manipulação populista. Porque eu creio que, enquanto o povo não entrar no processo político definitivamente, o impasse da política brasileira vai continuar. Esse é que é o grande impasse da política brasileira: o próprio povo introjetou a idéia de que não tem condição de participar. O grande mal que a TV Globo fez ao Brasil não foi a votação do Collor, não. É que ela tinha um programa, chamado Globo Repórter, em que ela desmoralizava a classe política. Era um escândalo no Maranhão, um escândalo aqui, um escândalo acolá — e nós dávamos motivos para isso. No dia, por exemplo, em que nós recusamos aos trabalhadores um aumento do salário mínimo equivalente a um cachorro quente, uma coca-cola, como fez agora Fernando Henrique Cardoso quando se recusou a dar um aumento de R\$8,00, embora tenha dado 16 bilhões aos banqueiros, no dia em que nós recusamos esse aumento, nós aumentamos os vencimentos dos deputados, com poucos protestos, em 30%. Então, nós dávamos motivos: mordomias, o diabo a quatro. Mas a Globo começou a criar no povo a idéia de que todo político é farinha do mesmo saco. E essa propaganda criou um eleitor de segunda categoria. “Se todos os políticos são farinha do mesmo saco, então é hora de eu tirar a minha vantagenzinha, a minha internação, o meu empreguinho, um jogo de camisas, um churrasco.” Isso causou um mal tremendo!

A Globo tem um enorme poder. O homem mais poderoso do Brasil não é Fernando Henrique Cardoso, nem foi Collor. Quando fui indicado por Tancredo Neves para normalizar a situação dos empregados na Guanabara, para ver as perseguições aos trabalhadores — ele disse que queria que eu fosse uma espécie de delegado regional do Trabalho aqui —, sabem quem vetou? Roberto Marinho. Tancredo veio me dizer: “Ah, Lysaneas, não podemos enfrentar...” Roberto Marinho tem esse poder sim, poder de veto, poder de indicação. E isso tudo vai criando esse ambiente. As pessoas dizem: “Mas que

povo injusto com você, Lysaneas, lhe deu uma votação muito pequena para vereador. A você, com o seu passado...” Mas qual era o tipo de informação que as pessoas tinham? A maioria que votava em mim não sabia que eu era candidato, nem candidato a quê. Que tipo de informação o povo tem? Esse domínio da mídia é uma coisa tremenda.

Sarney e Collor, mas principalmente Sarney e Roberto Marinho distribuíram 1.200 emissoras de rádio e televisão. E televisão tem um tal espectro que se você consegue um canal para alguém não pode entrar outro, mesmo que tenha dinheiro. O sujeito não pode se habilitar. Há um dispositivo na Constituinte, que é meu, que diz o seguinte: não pode haver oligopólio, ainda que indireto, nos meios de comunicação social. Naquela época diziam que não havia necessidade disso porque a Globo não era oligopólio. Oligopólio nos Estados Unidos é um jornal e uma rádio! Nelson Werneck Sodré, historiador de respeito que vocês todos conhecem, me disse no dia em que eu estava votando essas emendas: “Lysaneas, é impossível haver democratização do país sem a democratização dos meios de comunicação. Quem domina os meios de comunicação, domina o país.” Ele é um homem profundo e observador arguto da política nacional. Nós estamos debaixo do controle da mídia. Enquanto não nos libertarmos disso, não adianta. A versão é o que vale. Por isso é que estou pedindo a atenção de vocês para o papel do grupo dos autênticos. Os autênticos criaram e mantiveram a utopia da esperança, afirmaram que havia solução, que o país ia sair daquela situação, mas que se tinha que ter um compromisso com a mudança.

Ainda antes da eleição de 82, o senhor saiu do PDT e foi para o PT. Por que a saída, e o que era o PT naquele momento?

O PT era uma proposta nova, limpa, cheia de esperança. O PDT tinha aqueles três defeitos que eu citei — porque os defeitos do Brizola são os defeitos do PDT; ele é que manda, ele é que dá o tom e não admite que se faça restrição. Eu dizia: “Mas assim não é possível, vamos apoiar beltrano, sicrano.” Ele não queria. Então eu vi que o ambiente não estava bom. Quando surgiu uma proposta nova, repito, limpa, cheia de esperança, me interessei.

E como foi a campanha?

Aí foi uma malandragem do José Eudes.³⁸ Eu entrei para o PT com a condição de não ser candidato a governador e de eles não atacarem o Brizola e os companheiros que eu considerava. Mas, como o voto era vinculado, e não ter um candidato a governador prejudicaria a eleição de deputados federais e estaduais, o PT me lançou candidato. Se nós tivéssemos uma votação boa, elegeríamos uns dois estaduais e uns três federais. Mas no fim eles me abandonaram, a pretexto de não sei o quê. O mesmo grupo do Vladimir Palmeira. Alguns até foram em direção ao Brizola. Eu mesmo recomendei que votassem no Brizola, porque havia uma possibilidade de o Moreira se eleger. Nos 10, 15 dias finais, aconselhei o voto no Brizola, senão ganharia o Moreira.

*Na época houve até o episódio da Proconsult.*³⁹

Exato. Vocês vejam o poder da Globo. A Globo estava por trás da Proconsult. No final eles interrogaram o Brizola — acho que foi o Armando Nogueira — e fiquei danado da vida com ele. “Foi culpa da Globo?” Brizola: “Não, não é bem isso, e tal.” Devia ter dado uma pisada firme ali, para desmascarar, pôxa!

Mas ele deu entrevistas a jornais internacionais.

É, mas devia ter dito na hora, ali, quando todo mundo estava escutando: “É isso mesmo, o negócio da Proconsult foi manipulado por aqui!” É preciso dar nome aos bois, certas horas.

³⁸ José Eudes de Freitas, militante da Ação Popular (AP), elegeu-se deputado estadual pelo MDB do estado do Rio de Janeiro em 1978. Com o fim do bipartidarismo em 1979, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) e nessa legenda se elegeu deputado federal em 1982. Por não ter cumprido a determinação partidária de não participar da eleição indireta para presidente da República em 1985, e ter votado em Tancredo Neves, foi pressionado a deixar seu partido. Ingressou então no PDT e aí permaneceu até julho de 1987, quando, juntamente com Saturnino Braga, então prefeito do Rio, se transferiu para o PSB. Em 1990, ingressou no Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB) e concorreu a uma vaga na Câmara dos Deputados, mas obteve apenas uma suplência. Ver *DHBB*, op. cit.

³⁹ Os computadores do Proconsult apresentaram um erro de programação que transformava parte dos votos de Leonel Brizola em abstenções, o que resultaria na vitória de Moreira Franco. O desvio foi descoberto por técnicos em computação da firma Syin, a serviço do PDT, na madrugada do dia 26 de novembro, e reconhecido dias depois pelo coronel de reserva Haroldo Lobão, responsável pelo programa da Proconsult. Desencadeou-se, a partir de então, uma onda de especulações a respeito de fraude premeditada para impedir a vitória de Brizola. Ver *Veja*, 1 dez. 1982.

Como o senhor viu, na campanha de 82, o colapso do chaguismo, até então tão arraigado no Rio de Janeiro?

Acredito — posso até ser ingênuo — que o povo acorda em certos momentos. Aquela expressão segundo a qual você pode enganar uma parte do povo durante todo o tempo, todo o povo uma parte do tempo, mas nunca todo o povo todo o tempo, é verdadeira. Essa esperança você tem que manter, tem que acreditar que o povo tem configuração moral e política para ser sujeito, até para vencer resistências dos próprios setores populares. Introjeteram a idéia de que “o senhor é que é político”, mas sempre achei que era preciso arranjar candidatos nos setores populares mesmo. E o PT nisso era bom, essa foi uma característica do PT naquela época. Quando eles vinham me procurar — vieram várias vezes —, eu dizia: “Mas vocês têm vários operários aí.” Afinal Apolônio de Carvalho fez um apelo muito grande, e resolvi aceitar. Mas sabia que seria boi de piranha. Teria uma votação muito grande para deputado federal e teria uma derrota certa para governador. Não havia como! Não havia viatura para fazer campanha, não havia dinheiro, não havia panfleto, não havia nada! E isso, enfrentando máquinas poderosíssimas... Mas o povo acordou! O povo acordou para o que representava o chaguismo. Viu que Chagas era uma figura menor, mas muito nefasta para a política do Estado do Rio.

Na Constituinte e depois

Em novembro de 1986, novamente no PDT, o senhor foi eleito deputado federal constituinte pelo estado do Rio de Janeiro. Como foi a experiência na Constituinte?

Vou relatar para vocês um episódio que considero importante. Sempre tive a noção de que o detalhe, em política, é fundamental. Fernando Henrique Cardoso foi o relator da Comissão de Regulamentação da Constituinte. A pedido dele, eu tinha feito a campanha dele e do Fernando Morais em São Paulo, porque eu tinha um bom nome lá e ajudava a eleger muita gente. Os três que me pediram foram Aírton Soares, Fernando Morais e Fernando Henrique Cardoso, e fui a várias universidades de São Paulo fazer campanha. Mas, quando Fernando Henrique se tornou relator da Comissão de Regulamentação, fez o regimento mais autoritário da história das constituintes brasileiras.

Tirou os direitos e as garantias dos deputados. Nós estávamos saindo de uma ditadura violentíssima, e ele tirou esse capítulo inicial.

Eu fiz um relatório, desculpem a minha falta de modéstia, que os professores da Universidade de Brasília disseram que foi o mais perfeito sob o aspecto de política de direitos humanos, anistia etc., da história do Parlamento brasileiro. Mas a toda emenda que a gente apresentava, ele ia ao Bernardo Cabral.⁴⁰ Fiz, por exemplo, uma emenda proibindo os militares que estavam em comandos, em ministérios, de falar sobre os assuntos que nós estávamos discutindo na Constituinte. Eles falavam sobre tudo, mandato do Sarney, resguardo dos pais, até disso falavam: “Não pode isso, não pode aquilo...” Pois bem, Fernando Henrique foi ao *Estado de S. Paulo* e disse que a minha emenda era uma provocação às Forças Armadas. Florestan Fernandes, um dos grandes sociólogos brasileiros, talvez o maior, tinha sido professor dele e veio me dizer: “Você está irritado com essa entrevista que o Fernando deu, mas você é muito destemperado, deixe que eu falo com ele. Ele foi meu aluno, e tal...” Eu disse: “O que nós estamos querendo é ter mais liberdade para formular coisas próprias em matéria de justiça social e direitos humanos.” Ele chamou o Fernando Henrique para um canto do Parlamento, e notei que de repente começou a se exaltar. Era um homem de voz serena, um professor tranqüilo, mas começou a se exaltar. Eu disse: “Se é para brigar, brigo eu.” E me aproximei. Florestan Fernandes estava dizendo: “Lysaneas sempre disse que os membros do Parlamento não eram parlamentares, eram deputados e senadores que estavam aqui para coonestar uma farsa ditatorial. Mas eu não sabia que havia tanto farsante!” Professor Florestan Fernandes. Prefaciei o livro dele *Constituição inacabada*,⁴¹ mas não contei esse episódio. Na verdade, isso é só para mostrar o clima em que vivíamos. Todas as emendas que a gente fazia, Fernando Henrique submetia à apreciação do general Leônidas Gonçalves⁴² e ao Bernardo Cabral.

⁴⁰ O deputado Bernardo Cabral, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) do Amazonas, era o relator da Comissão de Sistematização da Constituinte de 1987-88. Ver *DHBB*, op. cit.

⁴¹ Lysaneas Maciel, “Prefácio - Dignidade e compromisso”, in Florestan Fernandes, *A Constituição inacabada: vias históricas e significado político* (São Paulo, Estação Liberdade, 1989).

⁴² O general Leônidas Pires Gonçalves foi ministro do Exército do governo Sarney (1985-1990). Ver *DHBB*, op. cit.

Encerrado seu mandato em 1991, o senhor se desentendeu com Brizola, mas afinal foi eleito vereador em 1996 pelo PDT.⁴³ O senhor, hoje, é um vereador nacional? Como é sua atuação na Câmara Municipal do Rio de Janeiro?

Esse é o termo que eles estão usando: eu sou um “vereador nacional”. Na “gaiola de ouro”...

Mas o senhor também faz projetos em nível local?

Faço. De criação de escola, de tudo. Mas, por exemplo, a Vale do Rio Doce é uma questão nacional, e eu criei uma comissão especial para evitar a venda da companhia. Ouvimos até o presidente do Clube Militar, o famoso Ibiapina. O gozado é que quando fui lá interrogá-lo, estava aquela tropa do Clube Militar presente, e eu disse: “O senhor tem uma responsabilidade muito grande. Estão entregando uma companhia, estão entregando terras brasileiras, e o senhor sabe, como comandante do Exército, que não se pode vender território nacional. Mas está-se vendendo a Vale do Rio Doce.” Ele virou-se para mim: “Mas nós não somos a favor disso.” Sugeri: “Então façam uma manifestação.” Ele: “Mas o senhor é de âmbito municipal, não?” Eu disse: “Sou o presidente da comissão especial para evitar a venda da Vale do Rio Doce. Sei que não tenho muito a fazer, porque não tenho poder nem competência, mas é importante despertar a nação. O senhor faça uma comunicação.” Ele: “Como é o seu nome mesmo?” O general que estava do lado dele, o Borba, que me perseguiu, disse: “Lysaneas, com y”!

⁴³ Após a promulgação da Constituição de 1988, Lysaneas Maciel continuou exercendo seu mandato de deputado federal e em 1989 fez uma série de viagens como único representante brasileiro na delegação do Eminent Persons Group (EPG), grupo ecumênico coordenado pelo Conselho Mundial de Igrejas que pretendia chamar a atenção de líderes governamentais e eclesiásticos para o problema da discriminação racial. Nas eleições de outubro de 1990, candidatou-se à reeleição para deputado federal na legenda do PDT, mas obteve apenas uma suplência. Deixou a Câmara em janeiro de 1991 e em novembro desse ano assumiu o mandato substituindo Carlos Lupi. Em julho de 1992, porém, numa articulação liderada pelo governador Leonel Brizola (1991-1995), deixou a Câmara para dar lugar a Lupi, que havia ocupado a Secretaria de Transportes. Sua saída teria sido uma retaliação do governador às críticas que vinha fazendo ao presidente Fernando Collor de Melo (1990-1992), com quem Brizola mantinha uma política de colaboração administrativa. Apenas com o fim da era Collor, após a abertura do processo de *impeachment*, Lysaneas reaproximou-se de Brizola e, em 1993, foi nomeado subsecretário de Assuntos Especiais do governo. Em 1996 candidatou-se a vereador pelo PDT, foi eleito e em janeiro do ano seguinte tomou posse na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Ver *DHBB*, op. cit.

Existe respaldo para esse tipo de atuação na Câmara Municipal, ou o senhor está meio isolado lá?

Estou isolado, porque o ambiente lá é paroquial, municipal. A Câmara é dominada por três forças: o Poder Executivo, ou seja, o prefeito; a máfia do transporte; e agora vai entrar também uma outra força, a dos especuladores imobiliários. Como é que a máfia do transporte domina? Comprando os vereadores. Nós ganhamos R\$3 mil por mês. Mas, para os vereadores que são ligados à máfia dos transportes, são US\$10 mil por mês. É uma senhora nota, não? Há uns que confessam! Agora mesmo, as concessões, que eram por 10 anos, passaram para 50... Tudo isso a gente está combatendo. Máfia da especulação imobiliária: essa paisagem do Rio de Janeiro que vocês estão vendo aí vai ser toda transformada, com sérios prejuízos para o meio ambiente. Dezoito mil hectares dessas encostas, acima da cota 100, vão ser construídos. Não há permeabilidade do solo, as enchentes vão aumentar, os deslizamentos, tudo isso. Dizem que muita gente anda comprando esses terrenos, que não até agora não valiam nada...⁴⁴

⁴⁴ Esta entrevista foi concedida em 26 de novembro de 1998 por Lysaneas Maciel, que um ano depois, em 6 de dezembro de 1999, veio a falecer em pleno exercício do mandato de vereador.

